

# EUA podem emprestar mais 2,2 bilhões

HERMÃO ALVES  
Nosso correspondente

LONDRES — Sob o patrocínio de Paul Volcker, diretor da Junta da Reserva Federal (o banco central dos Estados Unidos), prepara-se um empréstimo antecipado ao Brasil, o chamado e tão esperado "bridge loan", para evitar um colapso total, no valor de US\$ 2 bilhões, segundo informação corrente na "City" londrina. Enquanto isso, o ministro do Planejamento, Delfim Netto, mostra-se satisfeito com as conversações em torno do que se convencionou chamar "o jumbo", crédito que vai bater todos os recordes e garantir os próximos dois anos de mandato do presidente João Figueiredo.

Comenta-se até que os alemães estão muito interessados em participar desse "jumbo", desde que seja para financiar o grande projeto nuclear teuto-brasileiro, mas que Delfim não quer saber disso. Também há créditos saindo agora dos Estados Unidos para financiamento de importações (norte-americanas, é claro) pelo Brasil e afirma-se que os bancos comerciais — que a esta altura são centenas — estão prontos para liberar dinheiro, mais dinheiro ao País, às taxas de juros e ágios já conhecidas, no momento em que chegar o "sinal verde" de Jacques De Larosiere, o diretor geral do Fundo Monetário Internacional.

## OTIMISMO DE DELFIM

O presidente João Figueiredo reassume o cargo; o ministro Delfim Netto volta ao Brasil; o diretor do Banco Central, Carlos Langoni, entra em conversações com os banqueiros privados credores do Brasil, em Nova York; a política alternativa a ser sugerida pelo vice-presidente Aureliano Chaves não deve materializar-se e, na "City" de Londres, diz-se que, a um "sinal verde" do FMI, os recursos surgirão para cobrir os atrasos da dívida externa brasileira.

As sucessivas declarações de Delfim durante sua passagem por Paris (em Londres, segunda e terça-feira, procurava-se o "czar" econômico brasileiro para consternação de uma embaixada que, pura e simplesmente, não tinha informações) são, como de hábito, muito otimistas, especialmente quando combinadas com versões *off records* fornecidas por alguns de seus auxiliares. Assim, De Larosiere, em vez de estar irritado porque foi obrigado a suspender as férias na Itália e participar "de uma reunião mal preparada" (expressão de um funcionário da sua confiança) em Paris, pode até mesmo dar o "sinal verde" requerido para que os bancos comerciais liberem duas "tranches", ou fatias de empréstimo num total de 540 milhões de dólares, sem esperar por outubro, quando deve ser assinado um novo acordo entre o FMI e o Brasil e votado o Decreto-Lei nº 2.045, que muda a política salarial.

## RENEGOCIAÇÃO GLOBAL

Depois da cerimônia de entrega ao ministro das Finanças da França, Jacques Delors, do documento conhecido por "carta de Galvêas", convocado pelo ministro da Fazenda brasileiro a seu colega do Planejamento, pedindo a convocação do Clube de Paris para o adiamento dos prazos de pagamento dos empréstimos de governo-a-governo que vencem em 1983-84 (mandato de Figueiredo), Delfim Netto já menciona uma renegociação global da dívida brasileira em novembro, na capital francesa.

Ao contrário do que sucedeu com a dívida mexicana, renegociada em Paris depois de longa preparação e de minucioso exame de todos os débitos pelos representantes das grandes nações industrializadas que controlam as cotas do Fundo Monetário e os principais centros de decisões financeiras, a renegociação brasileira, anunciada por Delfim, é ainda uma aspiração do governo de Brasília e depende de uma atitude política.

Na "city" de Londres, onde se diz que os bancos comerciais britânicos estão preparados para enfrentar por três ou cinco anos uma moratória brasileira (mas onde também se afirma que os banqueiros estão inquietos diante da perspectiva de uma quebra geral e de um motim de endividados a manifestar-se a partir da reunião de Caracas), reclamam-se decisões políticas do Brasil — uma severa política de contenção salarial, tipo Decreto-Lei nº 2.045, uma "definição do perfil futuro da dívida", ou seja, como se pretende pagar os débitos (principal e juros e ágios), aliviando o País sem, no entanto, prejudicar os bancos, ou uma ação clara e sistemática por parte do general Figueiredo.

Por enquanto, para observadores mais pessimistas do que o ministro do Planejamento do Brasil, a impressão que fica (e referimo-nos a especialistas financeiros e a diplomatas) é a de que, de concreto, há apenas o Decreto-Lei nº 2.045 e uma série de iniciativas pontuais visando a aliviar a pressão a curto prazo e a levantar novos recursos, mas que manterão o crescimento geométrico dos juros e ágios a serem pagos depois de 1984.